



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

30/01/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Segurado terá que autorizar desconto

O segurado do INSS ligado à associação ou sindicato terá de confirmar anualmente a autorização de desconto de contribuição no benefício pago mensalmente pela Previdência. Atualmente, essas entidades enviam ao INSS uma relação com os nomes dos associados que autorizaram o abatimento. A mudança deverá dar segurança ao procedimento, evitando que aposentados e pensionistas tenham o desconto sem que ele tenha sido autorizado. Quando isso acontece, o segurado deve informar o instituto, por meio da Ouvidoria da Previdência, que tem até 60 dias para analisar a reclamação. Todos os descontos devem ser ressarcidos. Não há um valor fixo de contribuição, pois essa definição depende de aprovação em assembleia. Ao Agora, porém, aposentados já relataram descontos que vão de R\$ 20 até R\$ 90 mensais. Em 2018, o INSS informou que confere documentos de autorização de descontos duas vezes ao ano, por amostragem. Para evitar esse tipo de surpresa, o beneficiário pode criar o hábito de conferir o extrato de pagamentos mensalmente, de modo a identificar os descontos mais rapidamente. Em outubro, o CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) aprovou um pedido de investigação ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal para apurar a inclusão fraudulenta de segurados na lista de descontos das entidades, além de iniciar uma revisão dos contratos das 18 associações conveniadas com o INSS.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/01/2019

INSS altera regra para acesso a vários benefícios

Tem jeito de fugir do arrocho que o Governo está promovendo pra endurecer regras de acessos a benefícios da Previdência. O problema é que, a partir da Medida Provisória 871, de 18 deste mês, quem deixar de contribuir e perder a chamada qualidade de segurado terá de cumprir a carência total para pedir alguns benefícios. No caso do auxílio-doença, será necessário pagar 12 meses pro INSS antes de ter direito de pedir o benefício. Antes, a norma previa cumprir metade disso. No salário-maternidade, a carência é de dez meses. Antes, era de cinco. "Ouvi dizer que seria para evitar fraudes. Mas eles dificultam a situação para o trabalhador e não fiscalizam os grandes devedores do INSS", analisa a advogada Cláudia Cavallini.

PULO DO GATO

A grande dica é não perder a qualidade de segurado. Ela funciona como um seguro de carro. Se você paga, está garantido em qualquer acidente. Se acabar e não houver renovação, não haverá direito ao conserto na ocorrência do sinistro. No caso do INSS, a perda de qualidade de segurado ocorre após o não pagamento de contribuições por 12 meses, na maioria dos casos. "As pessoas têm de fazer uma contribuição a cada seis meses. Assim, nunca ficarão descobertas no sistema previdenciário", diz o advogado Cleiton Leal Dias Júnior. O pagamento pode ser feito como contribuinte individual, no valor de 20% do salário-mínimo (R\$ 199,60). Pode parecer um valor alto, principalmente para quem está desempregado. Mas o investimento vai valer a pena. "Se juntar R\$ 33,30 por mês, conseguirá o dinheiro da parcela e garantir benefícios que vão auxiliá-lo em caso de doença, acidente ou seus familiares, em caso de morte", acrescenta Cleiton.

Fonte: Jornal A Tribuna – 30/01/2019

INSS: rombo chega a R\$ 195 bilhões

O rombo do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) cresceu 3,2% no ano passado em comparação com 2017, considerado dados corrigidos pela inflação. As despesas da Previdência Social superaram a arrecadação em R\$ 195,2 bilhões, sendo que em 2017 o déficit foi de R\$ 182,4 bilhões. Sem considerar a inflação, a alta, portanto, foi de 7,0%. O aumento no buraco da Previdência tem pressionado o governo a adotar medidas para buscar o equilíbrio das contas, entre elas uma proposta de reforma nas regras de aposentadorias a ser apresentada ao Congresso Nacional em meados de fevereiro. O déficit divulgado pelo Tesouro Nacional nesta terça (29) se refere ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que inclui as contas de aposentadorias, pensões e auxílios a trabalhadores da iniciativa privada. Para 2019, é estimado um rombo de R\$ 218 bilhões no INSS, segundo previsões do governo. A Previdência dos servidores públicos da União e dos militares é contabilizada em outro regime.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/01/2019

GM: veja a carta de reestruturação enviada pela diretoria aos funcionários

Proposta aos empregados da fábrica de São José dos Campos inclui terceirização total, salários menores e fim do ônibus fretado. Em mais um capítulo sobre o plano de reestruturação proposto por executivos da General Motors Mercosul aos funcionários aqui do Brasil, UOL Carros teve acesso aos itens da proposta feita pela empresa aos empregados de São José dos Campos (SP), unidade que entrega a picape média S10 e também o SUV sobre chassi Trailblazer. É também a unidade em situação mais complicada do grupo desde a reestruturação anterior, quando deixaram de ser fabricadas as linhas de Classic e Zafira, de maior rentabilidade, restando apenas os modelos comerciais leves, mais caros. Segundo informações do sindicato dos trabalhadores da unidade, a GM não cogita o fechamento da unidade, mas propõe cortes drásticos de salários e de direitos, ainda que confirme que novos modelos (justamente um dos pontos-chaves da reestruturação) podem ser fabricados por lá. Entre as propostas, está a terceirização total (atividades meio e fim), salários menores (piso salarial reduzido), fim do ônibus fretado e supressão de horas extras -- horas adicionais feitas por longo período que acabam incorporadas à remuneração oficial do trabalhador. Atualmente, a unidade opera em dois turnos, com horas-extras nos finais de semana e piso salarial de R\$ 2.200.

Leia mais: <https://carros.uol.com.br/noticias/redacao/2019/01/23/gm-veja-a-carta-de-reestruturacao-enviada-pela-diretoria-aos-funcionarios.htm>

Doria diz que vai dar prioridade à privatização do Porto de Santos

A privatização do Porto de Santos, da hidrovía Tietê-Paraná e das estradas e aeroportos do Estado de São Paulo foram apontadas pelo governador João Doria (PSDB) como algumas das prioridades de seu mandato. Em evento promovido pelo banco Credit Suisse, o político reiterou seu compromisso com a diminuição do papel do Estado. "Há uma decisão do governo federal da privatização do Porto de Santos e um apoio do governo de São Paulo para ocorrer nos próximos dois anos", afirmou.

MP do saneamento

Em conversa reservada com agentes do mercado, Doria falou que espera que a medida provisória (MP) 868, que altera o marco legal do setor de saneamento, seja aprovada entre 60 e 90 dias a partir de agora, apurou o Valor. A aprovação da MP do saneamento, publicada pelo ex-presidente Michel Temer em 28 de dezembro do ano passado, é fundamental para que a estatal paulista Sabesp tenha sua privatização viabilizada.

Fonte: <https://www.valor.com.br/brasil/6094495/doria-diz-que-vai-dar-prioridade-privatizacao-do-porto-de-santos>